

“O nosso nome é diversidade e o sobrenome é resistência”

Por Katarine Costa · 08/07/2022

A ativista do Instituto Terramar, Cristiane Faustino, inaugurou a segunda edição do [Curso de Extensão](#) Mulheres em defesa do território – corpo – terra, com o tema “Mulheres, ambiente e território”. O curso é apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo. Quem não assistiu, pode clicar nos links disponibilizados e ativar os lembretes para acompanhar as próximas aulas abertas

*Cristiane Faustino abordou o tema Mulheres, ambiente e território
Cristiane Faustino abordou o tema Mulheres, ambiente e território*

“Sou uma, mas não sou só”, refrão do canto de Luciana Melo, na abertura da primeira aula do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”, representa a complexidade de ser mulher e suas respectivas lutas na sociedade. A partir do tema “Mulheres, ambiente e território”, Cristiane Faustino, integrante do Instituto Terramar, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e Conselheira da Justiça Global, fez a sua explanação transmitida ao vivo pelos links do Youtube das entidades organizadoras. A realização do curso é uma parceria entre a Coletiva Diálogos Feministas e a Fundação Rosa Luxemburgo.

Cris Faustino é militante feminista negra, LGBT, apontou a complexidade do tema “Mulheres, ambiente e território”, que se reflete na sobrecarga vivenciada pelos corpos femininos. Desde o Brasil colonial, explicou, o projeto de país é patriarcal-

machista-branco e heterocisnormativo, uma estrutura limitante, excludente e misógina com as mulheres pertencentes às comunidades e povos afetados pelos grandes negócios que demandam os territórios, obrigando-as a assumir posicionamentos, diariamente, de resistência e de denúncia, ultrapassando o duplo desafio: transformar-se a si próprias para incidir e contestar as visões dos opressores em favor de si mesmas: suas múltiplas existências interdependentes com a biodiversidade dos territórios.

CONTROLE DOS TERRITÓRIOS

Desde a colonização os projetos e interesses dos homens brancos cisgêneros controlam os territórios e povos, construindo hegemonia sobre a economia, a política, a justiça e os valores socioculturais que recaem sobre a vida. Segundo Cris, as múltiplas formas de controle perpassam todas as dimensões sociais da vida humana, a dominação sobre os corpos é uma estrutura fundante da realidade brasileira.

O controle dos corpos, porém, se dá de forma diferenciada, gerando privilégios e poderes ao perfil que caracteriza o projeto opressor desde o período colonial, e causando exclusão e subjugo às mulheres indígenas, negras, quilombolas e camponesas. “O instrumento deste controle é a violência que degrada, humilha, viola os corpos para ratificar os lugares criados pela universalidade branca, como o trabalho forçado, o abuso e a exploração sexual de mulheres e meninas,” disse.

A desumanização dos que são considerados “os outros” em relação aos brancos, desencadeia ações de negação que culminam no extermínio ou no genocídio até hoje nos territórios prejudicados pela exploração econômica, que é ao mesmo tempo política, jurídica e cultural. Pode ser identificada pelas interferências nas subjetividades, as quais acabam por transformar os territórios, subjugando

peessoas, se apropriando dos bens comuns e destruindo os ecossistemas e a biodiversidade. E, por consequência, ameaçando os diversos modos de vida que compõem uma enorme riqueza sociocultural e ambiental, na qual as mulheres são centrais, seja por sua própria existência que movimenta a vida, seja pelos papéis de gênero que assumem no cuidado geral da saúde, educação, suprimento alimentar, segurança pública.

DEFESA DA COMUNIDADE

A defesa que as mulheres fazem não diz respeito somente a elas próprias, mas a toda a comunidade, seus modos de vida, seus ecossistemas e biodiversidade. Pois, é nos territórios, explica Cris, onde as mulheres, suas comunidades e povos, exercem os diversos modos de viver e de tecer culturas. Contudo, alertou, só nos damos conta através das denúncias e proposições decorrentes das lutas e mobilizações sociais: “Enquanto os pretos estiverem nos presídios ou favelas, as mulheres na cozinha, a comunidade LGBT no gueto, ninguém olha, mas quando nos organizamos e construímos discursos, narrativas e práticas, se acende também a resistência reacionária dos privilegiados para manter e aprofundar seus poderes e privilégios”.

No campo ambiental, Cris demarcou que o patriarcado racista que estrutura nossa sociedade condiciona o acesso às oportunidades e ao exercício dos direitos, a respeito de quem pode existir, de que maneira e com quais atividades econômico-produtivas: “é desde seus métodos, que sempre foram violentos, cruéis e perversos, e de seus próprios interesses que os privilegiados decidem o rumo dos territórios e das vidas que julgam serem inferiores, estratificando a sociedade em classes sociais marcadas por essas violências, falar de racismo é falar da opressão. Por isso lutamos pela transformação dessa estrutura”.

DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA

“O nosso nome é diversidade e o sobrenome é resistência. Nunca houve um tempo em que ficou tudo bem,” recordou ao citar cada um dos projetos de desenvolvimento, como os de energias hidrelétrica, eólica, nuclear, do setor privado em aliança com o Estado, que reativaram o projeto de país patriarcal-machista-cisgênero-homofóbico-branco, conforme definiu. “Apesar de alcançarmos mais visibilidade hoje, através das tecnologias, é muito intrigante como a sociedade brasileira ainda não dá a atenção devida às violências cometidas contra os povos indígenas: assassinato, sequestro, violência sexual.”

Para Cris, um bom exercício de empatia para as pessoas brancas antirracistas é se perguntar o que significa para si frequentar os espaços públicos e, o que significa para os povos estar nesses espaços, onde são rejeitados. “Vivemos sob o desafio de compreender a ordem do outro, o pensamento, para poder criticar, nos organizar e militar, elaborar nossas propostas de políticas para defender, através desses mesmos corpos rejeitados e tidos como objeto de exploração e de controle, nossos próprios direitos existenciais, das/dos filhas, da comunidade, da ancestralidade, dos nossos territórios, que adensam tudo o que nos constitui enquanto seres,” disse.

As coordenadoras dessa primeira mesa foram Elisangela Paim, coordenadora do programa latino-americano de clima da Fundação Rosa Luxemburgo, e Fabrina Furtado, professora do DDAS/CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Coletiva Diálogos Feministas.

PRÓXIMA AULA

A próxima aula aberta será em 11 de julho, às 16 horas, sobre Racismo Ambiental na Cidade com a palestrante Emília Maria de Souza que é liderança da Comunidade do Horto do Rio de Janeiro. Acompanhem as nossas redes sociais e participem!

Quem não assistiu pode acessar a transmissão pelo canal da Fundação Rosa Luxemburgo [aqui](#), pela página da Coletiva Diálogos Feministas [aqui](#) e pelo canal do Instituto Terramar [aqui](#).

*** Eliege Fante é jornalista, mestra e doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS, associada ao Núcleo de Ecojornalistas do RS.**